

Queila Pahim da Silva
Sérgio Ramiro Rivero Guardia
Organizadores

Turismo reflexões e desafios

Volume IV



Pantanal Editora

2023

Queila Pahim da Silva
Sérgio Ramiro Rivero Guardia
Organizadores

Turismo reflexões e desafios
Volume IV



Pantanal Editora

2023

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

T938

Turismo reflexões e desafios - Volume IV / Organizadores Queila Pahim da Silva, Sérgio Ramiro Rivero Guardia. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2023. 93p. ; il.

Livro em PDF

ISBN 978-65-81460-96-9

DOI <https://doi.org/10.46420/9786581460969>

1. Turismo. I. Silva, Queila Pahim da (Organizadora). II. Guardia, Sérgio Ramiro Rivero (Organizador). III. Título.

CDD 338.4791

Índice para catálogo sistemático

I. Turismo



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

Para qualquer país, o turismo é uma importante atividade socioeconômica, que se por um lado oportuniza o crescimento dos destinos, residentes e visitantes; por outro pode acarretar deterioramento no meio ambiente, das cidades e outros. Debater e refletir sobre os desafios deste fenômeno, implica em apoiar as governanças dos destinos para tornar suas ações relevantes.

Nesta obra reunimos cinco trabalhos acadêmicos de diversas regiões do Brasil que exploram as múltiplas faces do turismo. No primeiro capítulo descortina-se o contexto das concessões de serviços turísticos nas áreas protegidas do Brasil, apresentando-se uma sistematização de dados sobre as concessões de serviços turísticos em Áreas Naturais Protegidas (ANP) brasileiras, até o ano de 2020, bem como identifica questionamentos que emergem das publicações acadêmico-científicas que tratam desta matéria no Brasil. Em abordagem qualitativa e descritiva, é apresentada uma análise do contexto brasileiro, onde ressalta-se alguns aspectos históricos e políticos de fomento destes arranjos e suas principais características. Por fim, o capítulo apresenta reflexões que emergem dos achados de pesquisas acadêmicas e científicas sobre a temática, identificando algumas lacunas nos processos, especialmente, quanto à participação efetiva de comunidades locais e à promoção do desenvolvimento local na perspectiva da sustentabilidade.

Dando continuidade, o segundo capítulo versa sobre o resultado de uma parceria interinstitucional dos Cursos de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Tendo como objetivo principal promover um conjunto de ações interdisciplinares de extensão e ensino, em formato remoto, aos estudantes de graduação em turismo, com ênfase na preparação para participação no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tal, foram realizadas palestras de sensibilização e oficinas temáticas contextualizadas aos conteúdos básicos e específicos pertinentes às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Turismo. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, realizada por meio de fontes primárias e secundárias, analisadas a partir de uma visão interpretativista.

Já no capítulo 3, o autor considera que ao propor novas formas de percepção e experimentação do urbano, a atividade produz novos sentidos da cidade, constituindo-se como um fator de inovação do turismo. Para tanto, estabelece uma relação entre a organização do geoturismo e processo de governança, correlacionado referências mundiais nas respectivas áreas, como Liccardo et al. (2016; 1012), Hose (2005) e Graham et al. (2003) e Hall (2011). Em seguida, utiliza de dados secundários obtidos na pesquisa de Silva (2016) para construir uma narrativa da geologia capital potiguar. Por fim, por meio da relação em Merleau-Ponty (1999) e Foucault (2003), Costa mostra como o geoturismo urbano produz sentidos e constrói um novo discurso turístico, colaborando para fortalecer o poder de competitividade do destino.

No quarto artigo, é apresentada uma análise da formação tecnológica e profissional em Eventos ofertada no Instituto Federal de Brasília, tendo como ponto de partida o olhar do discente acerca dos reflexos desta formação em sua preparação para o mercado de trabalho. Como resultado, identificou-se

a necessidade dos discentes em aprofundar seus conhecimentos sobre cenografia, audiovisual e cerimonial social, a expectativa em ter remuneração nos trabalhos desenvolvidos ao longo do curso, dentre outros.

Por fim no capítulo 5 analisou-se a utilização das redes sociais para a promoção do turismo, em especial do instagram, através de uma pesquisa feita em 2021 via *whatsapp*. Foi constatado que apesar desta rede social ser a mais utilizada pelos entrevistados, a maior parte das compras de viagens era feita fora da plataforma. Como conclusão, constatou-se o potencial desta rede com ferramenta para divulgação e venda de produtos turísticos.

Desejamos a todos uma ótima leitura e novas reflexões!

Os organizadores.


Sumário

Apresentação	4
Capítulo I.....	7
O contexto das concessões de serviços turísticos nas áreas protegidas do Brasil.....	7
Capítulo II	26
Extensão em rede: uma experiência com base no ENADE dos cursos de turismo das IES públicas do Rio Grande Do Norte.....	26
Capítulo III.....	43
Geoturismo urbano e sua organização como discurso da cidade: uma reflexão a partir da capital potiguar	43
Capítulo IV	56
Formação superior tecnológica em eventos: uma análise do curso oferecido no Instituto Federal de Brasília – Campus Brasília, a partir do olhar discente	56
Capítulo V.....	73
Instagram e sua influência na escolha do produto turístico	73
Índice Remissivo	92
Sobre os organizadores.....	93

Formação superior tecnológica em eventos: uma análise do curso oferecido no Instituto Federal de Brasília – Campus Brasília, a partir do olhar discente


Recebido em: 24/04/2023

Aceito em: 08/05/2023

 10.46420/9786581460969cap5

Diêgo Melo Fernandes 

Raquel Lage Tuma 

Queila Pahim da Silva 

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a formação profissional dos discentes do curso superior de Tecnologia em Eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), estando o desenvolvimento da pesquisa norteado pela seguinte questão-problema: Como o corpo discente avalia o processo formativo ofertado no curso e como percebe os contributos desta formação para sua futura atuação no mercado de trabalho?

Dessa forma, o intuito foi analisar, através da perspectiva do estudante com matrícula ativa no ano de 2019, a relevância dos conteúdos e métodos de ensino adotados ao longo do processo educacional para a sua qualificação profissional e para a sua efetiva atuação no setor de eventos. A fim de atingir este objetivo, a pesquisa teve por metas secundárias: averiguar o percentual de alunos atuantes no mercado de eventos; descrever as estratégias utilizadas pelos alunos para alcançar sua recolocação profissional; coletar dados sobre as expectativas, realizações e frustrações dos discentes no transcurso da formação; e, por fim, investigar se a abordagem teórica e as vivências práticas oportunizadas pelo curso vão ao encontro das necessidades formativas dos estudantes.

A coleta de dados foi metodologicamente organizada da seguinte forma: na primeira etapa, foi desenvolvida pesquisa em fontes bibliográficas e documentais acerca da educação profissional e tecnológica, com ênfase no curso Tecnólogo em Eventos. Posteriormente, tendo por instrumento orientador o Projeto Pedagógico do referido curso (PPC) do Instituto Federal de Brasília (IFB) – *Campus Brasília*, foram formulados questionários sobre as componentes curriculares e a forma como elas colaboram ou não, segundo a percepção do discente, com seu progresso acadêmico-profissional. Estes questionários foram aplicados em todas as turmas do curso entre os dias 18 de outubro e 01 de novembro de 2019, durante o turno de aula matutino.

A partir das informações obtidas com a aplicação dos questionários, foram formuladas entrevistas semiestruturadas aplicadas também aos estudantes, com a finalidade de complementar os dados anteriores e dar consistência aos resultados, além de verificar a percepção acerca das metodologias adotadas pelos professores e outras questões pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem. Por fim,

as informações obtidas em todas as etapas descritas foram devidamente cruzadas, de modo que a própria pesquisa se apresentasse como um diagnóstico para futuras melhorias seja nos conteúdos, na prática pedagógica desenvolvidas e também como material para posterior formulação ou ajustes no PPC.

Para apresentar o resultado dessa pesquisa, foi desenvolvido este artigo, que consiste nesta introdução, fundamentação teórica abordando o conceito de eventos e sua evolução histórica como mercado de trabalho; uma reflexão sobre a educação profissional no país; a contextura da formação profissional e tecnológica na área de eventos no Brasil e no Instituto Federal de Brasília; procedimentos metodológicos, resultados da pesquisa, considerações finais e por fim, as referências consultadas.

EVENTOS: CONCEITUAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Segundo a ABNT NBR 16.004, denomina-se por “Evento” qualquer atividade previamente planejada com o objetivo de reunir pessoas em um determinado espaço geográfico e em um tempo específico. Todavia, há casos nos quais o próprio pesquisador propõe-se a complementar o conceito, introduzindo elementos referentes à atuação profissional de quem trabalha diretamente neste setor produtivo da sociedade. Cabe ressaltar ainda que, há outros olhares de complementaridade do conceito, como das áreas de turismo, relações internacionais, economia, administração e outras, denotando que a concepção de eventos é transversal e adaptativa a muitas áreas interdisciplinares e multidisciplinares.

Segundo Zanella (2003, p. 2),

Evento é uma concentração ou reunião formal e solene de pessoas e/ou entidades realizada em data e local especial, com objetivo de celebrar acontecimentos importantes e significativos, e estabelecer contatos de natureza comercial, cultural, esportiva, social, familiar, religiosa, científica e outros.

O Caderno Técnico, elaborado pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (2018), também apresenta evento como uma atividade social, com propósito específico e acrescenta que é organizada por pessoas habilitadas. Tal afirmação, destaca a relevância do profissional qualificado no desenvolvimento da atividade.

A falta de objetividade do conceito é oriunda da própria evolução histórica do setor, cuja sistematização do mercado enquanto área de atuação para profissionais com qualificação específica, é um processo ainda muito recente, embora seus primórdios remontem a atividades sociais, religiosas, culturais e esportivas realizadas desde a Antiguidade Clássica. Com efeito, Matias (2013), ao descrever o desenvolvimento histórico desta área de atuação, argumenta que os primeiros registros da atividade estão diretamente relacionados aos Jogos Olímpicos Gregos, datados de 776 a.C.

Nakane (2013), por sua vez, ao considerar a importância dos eventos como um elemento fundamental para a sociedade humana em termos de sobrevivência e de comunicação, sugere que o desenvolvimento da atividade acompanhou o desenvolvimento do homem, tendo seu marco inaugural na pré-história, quando os homens do período paleolítico começaram a agremiar-se e formar grupos de

caça. A autora recorda, também, outros momentos históricos que precederam a realização dos Jogos Olímpicos, como por exemplo: o banquete de inauguração do palácio de Kalhu, datado entre os anos de 883-859 a.C.; os banquetes e os rituais fúnebres do Antigo Egito; os acontecimentos cívicos e religiosos da sociedade grega, entre outros.

Ao tratar do período histórico que abrange o auge da sociedade romana, Nakane (2013) destaca as festas proporcionadas pelos imperadores romanos como momentos de inovação e amadurecimento para a decoração, a gastronomia, a cenografia e a tematização dos eventos.

Apesar da divergência quanto à origem da atividade, ambas as autoras concordam que as realizações da civilização antiga deixaram como legado “o espírito de hospitalidade, a infraestrutura de acesso e os primeiros espaços de eventos” (Matias, 2013, p. 4).

Matias (2013) segue a trajetória histórica dos eventos, citando que na Idade Média a maioria dos eventos realizados tinha cunho religioso ou comercial e gerava um fluxo muito grande de pessoas entre as regiões, de sorte que houve a expansão das atividades relacionadas à recepção e hospedagem dos viajantes. Logo em seguida, na modernidade, com a Revolução Industrial, passaram a surgir eventos com caráter técnico ou científico, sendo o precursor desta modalidade o Congresso de Medicina Geral, realizado em Roma, no ano de 1681 (Matias, 2013).

A popularização dos eventos de caráter comercial, técnico ou científico, bem como a realização de feiras destinadas à promoção de produtos industriais, fomentaram a organização daquilo que viria a ser chamado de “Turismo de Eventos”. Tal modalidade de turismo consolidou-se ainda mais com a retomada dos grandes eventos esportivos internacionais, em 1896, quando houve a retomada dos Jogos Olímpicos (Matias, 2013). A partir de então, o setor expandiu-se bastante.

No contexto da modernidade, uma vez percebida a necessidade de sistematização e aprimoramento deste mercado, foram fundadas inúmeras organizações voltadas exclusivamente para as empresas e para os profissionais da área, dentre as quais destacam-se: a *Convention Bureau* (1895), a *International Association of Convention and Visitors Bureau* (1914), a *Convention Liaison Council* (1949), a *Association Internationale des Palais de Congress* (1958), a *International Congress and Convention Association* (1961) e, no Brasil, a Associação Brasileira de Eventos e Empresas Operadoras em Congressos e Convenções (1977) (Matias, 2013).

A partir da apresentação deste quadro da evolução histórica do setor de eventos, pode-se inferir que, ao se fortalecer e consolidar como uma atividade laboral, os eventos sociais como descritos, estiveram sempre presente nas civilizações, sendo um elemento especial ao desenvolvimento humano social (Lukower, 2012). Neste sentido, o mercado profissional passou também a exigir de seus profissionais uma melhor preparação. Este tipo de exigência mercadológica por qualificação, aliás, é presente em quase todos os setores da economia, vindo a motivar a organização de um sistema nacional de educação profissional e tecnológica.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: FORMAÇÃO HUMANA E QUALIFICAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO

O surgimento da educação profissional tecnológica brasileira como apontado por Deitos & Lara (2016) relaciona-se com motivos socioeconômicos e ideológicos. Os autores identificam os fatores socioeconômicos, como condicionantes para suprir a demanda de qualificação da mão de obra, que precisa acompanhar a modernização e competitividade das empresas e da economia, visando sua integração ao mundo globalizado, e ideológicos, no que tange a necessidade educativa que a maioria da população trabalhadora exige como condição social para sua sobrevivência cultural.

Oliveira e Silva (2019), corroboram com esse entendimento, apoiados no conceito de Estado teorizado por Gramsci (1991), ao afirmar que as políticas públicas voltadas para a educação profissional proporcionam a mediação que o Estado pratica entre os interesses da burguesia, ao promover a educação profissional para os funcionários que as empresas necessitam, além de propiciar de alguma forma, a competitividade e a melhoria das condições de vida, dos jovens no mundo do trabalho dominado por uma determinada classe, a medida em que eleva sua escolarização, qualificação e renda salarial.

Utilizando-se deste contexto político, econômico, social e ideológico, que sempre está imbricado nas políticas públicas de educação em nosso país (Goergen, 2019), foram criados os cursos superiores de tecnologia (CST). Conforme a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) n. 3 de 18 de dezembro de 2002, os referidos cursos, são cursos de graduação focados na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas de conhecimento relacionadas a um ou mais campos profissionais, nos quais haja utilização de tecnologias (Brasil, 2002). De acordo com este documento, os CST devem obedecer às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES 436/2001 e conduzirão à obtenção de diploma de tecnólogo.

Apesar da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos CST datar de 2002, o início da criação desses cursos, conforme mostram Batista et al. (2020), se deu ainda em 1961, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 (Lei n. 4.024), ao dar permissão aos conselhos de educação para autorizar o funcionamento de cursos experimentais, com currículos, métodos e períodos próprios. Para os autores, essa foi uma flexibilização que proporcionou a criação do Curso de Engenharia de Operação, com duração de 3 anos e a partir daí o Conselho Federal de Educação, começou a normatizar essa oferta educativa.

Ainda na década de 1960, precisamente no ano de 1968, foi implantada a Reforma Universitária, através da Lei n. 540, que entre outras disposições, propunha a instalação e o funcionamento de cursos profissionais de curta duração, que proporcionavam habilitações intermediárias de grau superior e deveriam ser ministrados em universidades e em outros estabelecimentos de educação superior em funcionamento no país, marcando o surgimento legal dos cursos superiores de tecnologia (Brasil, 1968).

Na década de 1990, há a promulgação e publicação da LDB de 1996, que devido sua relevância na educação do país, foi considerada por Saviani (2008) de “Lei Magna da Educação Brasileira.” Apesar

de ter influência das mudanças econômicas impostas pela globalização, que exigia maior eficiência e produtividade dos trabalhadores (Favreto; Moretto, 2013), ela representou um indicativo de transformação nos cursos superiores de tecnologia, pois dispõe que a educação profissional deve ser integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, com vistas ao contínuo desenvolvimento do país (Brasil, 1996).

Como mostram Nascimento et al. (2020), a educação profissional no Brasil sempre foi marcada pela diferença social das forças de trabalho, entre as pessoas que detêm os meios de produção e as que tem a mão de obra necessária para produzir. Nesse sentido, a educação foi dividida entre formação acadêmica-intelectual, oferecida nas universidades, para os mais privilegiados e formação profissionalizantes para os que seriam assalariados.

Esta visão dualista acerca dos processos educacionais deixou, como legado para a educação profissional – tanto técnica, quanto tecnológica - o estigma de formação inferior em relação à formação acadêmica que culminava nos graus de licenciatura ou bacharelado. O que contribuiu para que seus currículos e metodologias estivessem focados não no desenvolvimento integral do sujeito, mas nas exigências e demandas por de mão-de-obra qualificada do mercado.

Cordão (2018) afirma que o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação trouxe profundos avanços para o entendimento e para a reengenharia da formação profissional, pois, a partir do novo modelo educacional proposto, os objetivos do processo de ensino-aprendizagem não mais se assentaram na preparação para execução de tarefas, mas sim no desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à área de atuação do futuro profissional, para que o mesmo pudesse ter um olhar pleno sobre todas as dimensões do trabalho desempenhado.

A promulgação desta Lei afigurou-se como uma política de fortalecimento para a educação profissional, pois, ao incluir em sua nomenclatura a dimensão da formação tecnológica, ela também trouxe a esta modalidade de educação novos olhares, novos significados e nova formatação de ensino, mais crítica e mais global em termos de formação humana (Costa, 2019).

Os avanços não foram consequência apenas da LDB de 1996, mas também de outros instrumentos legais, como o Parecer CNE/CES 436 de 2001, sobre a formação tecnológica na qualidade de graduação e sua validade legal para o progresso dos estudos em níveis de pós-graduação; a Lei n. 11.892/2008, que regula a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; e o Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei n. 13.005/2014), cujo conteúdo apresenta orientações, objetivos e estratégias que regerão as políticas educacionais durante um determinado espaço de tempo.

Ao que se refere à Lei n. 11.892/2008, cuja normativa cria os Institutos Federais, pode-se afirmar que foi um passo decisivo para a reformulação da identidade da educação profissional e tecnológica no país, uma vez que fez emergir, seja do ponto de vista institucional, seja na dimensão das políticas públicas aplicadas, verdadeiras inovações, como, a organização verticalizada do ensino e o compromisso com a

esfera social, do qual derivam diversos esforços de vinculação da busca por desenvolvimento científico/tecnológico com a proposição de soluções práticas para os desafios ordinários da vida em sociedade.

Ainda que a educação profissional no Brasil, tenha sido palco de avanços, as modalidades de ensino que estão a ela atrelados ainda causam confusão, em termos conceituais. Assim, nota-se a importância de esclarecer as definições e características dos cursos tecnológicos, que por sua natureza de curso superior, destina-se aos egressos do ensino médio e/ou técnico, tendo sua organização orientada pelas diretrizes curriculares nacionais (Brasil, 2002).

De acordo com Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia de 2010, havia 113 CSTs nas mais diversas áreas, como de ambiente e saúde, apoio escolar, controle e processos industriais, gestão e negócios, hospitalidade e lazer, informação e comunicação, infraestrutura, militar, produção alimentícia, produção cultural e design, produção industrial, recursos naturais e segurança (Brasil, 2010).

Como explica o próprio Catálogo, essa listagem de cursos não esgota todas as possibilidades de oferta de graduações tecnológicas no país e por isso é admitido, conforme estabelece o Decreto n. 5.773/06, em seu art. 44, cursos experimentais em oferta legal e regular porém, com outras denominações, as quais poderão futuramente – com base em análises contextuais – passar a integrar o instrumento (Brasil, 2010).

A seguir, será apresentado sobre o curso de tecnologia em Eventos no Brasil e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE BRASÍLIA

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, os cursos de Tecnologia em Eventos, são regulamentados pelo MEC, só podem ser ofertados por instituições de ensino credenciadas pela autarquia e preparam profissionais com o olhar amplo acerca das estratégias gerenciais a serem empregadas nas diversas etapas do planejamento, organização e execução de eventos sociais, esportivos, culturais, científicos, artísticos, de lazer e outros (Brasil, 2010).

No Distrito Federal, o Instituto Federal de Brasília – *Campus Brasília* é a única instituição que oferece o Curso de Tecnologia em Eventos de forma presencial (MELO e TUMA, 2019). Dentre os 10 *campi* do Instituto Federal de Brasília, o *campus Brasília* é aquele que possui os na área temática de Turismo, Hospitalidade e Lazer, sendo eles o Ensino Médio Integrado em Eventos, Técnico Subsequente em Eventos (a distância) e Tecnólogo em Eventos (presencial).

O Curso Superior de Tecnologia em Eventos teve seu Projeto Político Pedagógico aprovado em novembro de 2016 e início da primeira turma em fevereiro de 2017 (IFB, 2017). A forma de acesso é orientada exclusivamente para pessoas que já concluíram o ensino médio e que foram aprovados em processo seletivo, através do SISU ou para portadores de diploma. Seu objetivo é “formar um profissional

capaz de desenvolver atividades ligadas à gestão e organização de eventos de diversas classificações, em consonância à formação ética, pensamento crítico, interpretação de mundo e compreensão das relações sociais” (IFB, 2017, p.13).

O perfil que se pretende formar ao longo do curso prevê profissionais que sejam capazes de:

I. Criar, elaborar, estruturar e gerir projetos e produtos culturais, estabelecendo metas e estratégias para o fomento e a promoção da cultura, nas esferas pública e/ou privada na área de eventos; II. Planejar e divulgar projetos de eventos e produtos culturais; III. Elaborar projetos de captação de recursos para investimento cultural utilizando as legislações de mecenato existentes nos âmbitos municipal, estadual e federal; IV. Promover o diálogo entre as manifestações artísticas e as esferas da administração pública e privada da cultura; Realizar intercâmbios que contemplem e valorizem a diversidade cultural; Atuar em diferentes espaços, gerindo e administrando atividades culturais, bem como executando projetos da área; V. Contribuir nas ações de preservação e revitalização do patrimônio cultural, material e imaterial; Desenvolver projetos culturais que valorizem a diversidade sociocultural do país e do Distrito Federal; Estabelecer intercâmbios com entidades e centros culturais; Familiarizar-se com as práticas e procedimentos comuns em ambientes organizacionais; Empreender negócios em sua área de formação; VI. Conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história; VII. Ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade; VIII. Ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora; e, posicionar-se crítica e eticamente frente as inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade (IFB, 2017, p.16).

Espera-se que o egresso, assim preparado, esteja pronto para atuar, com excelência, no mercado de Eventos e em áreas afins. Neste sentido, a pesquisa questiona, por meio do olhar discente, se este ideal formativo é efetivamente alcançado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória, uma vez que “tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias” (Cervo et al. 2007, p. 62). Quanto ao método, segundo Sampieri et al. (2013, p. 548) a pesquisa tem um enfoque misto, pois “envolve um processo de coleta, análise e vínculo de dados quantitativos e qualitativos”. Entende-se por dados quantitativos aqueles obtidos por meio de questionário e passíveis de mensuração numérica; enquanto os dados qualitativos são todas as outras informações verbais coletadas por meio de entrevista.

Para que o propósito da pesquisa fosse melhor atendido, ela foi sistematizada em três etapas: pesquisa bibliográfica e documental, acerca da educação profissional e tecnológica, com ênfase no curso Tecnólogo em Eventos; aplicação de questionário junto aos discentes com matrícula ativa durante o 2º semestre do ano de 2019, com perguntas acerca do perfil sociodemográfico dos estudantes, sobre o modo como qualificavam diversos aspectos da formação e a relevância de cada componente curricular e por fim, entrevistas semiestruturadas.

Os resultados da primeira etapa da pesquisa permitiram esclarecer o contexto no qual estruturaram-se os cursos de Eventos ofertados pelo IFB e orientaram a construção dos instrumentos de pesquisa. No questionário constavam perguntas acerca do perfil sociodemográfico dos estudantes, do modo como qualificavam diversos aspectos da formação e a relevância de cada componente curricular.

Na última etapa da coleta de dados, foram entrevistados quatro discentes, que prestaram informações sobre as metodologias e estratégias de ensino, temáticas importantes ao setor de eventos e que não são contempladas na formação, adequação da carga horária e da duração do total do curso às necessidades formativas, comprometimento do corpo discente e pontos fortes e pontos fracos do curso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação do questionário, foi obtido um total de 65 respostas válidas, sendo 17 do primeiro semestre, 23 do segundo semestre, 13 do terceiro semestre e 12 do quarto. Este número de respostas é bastante significativo, se considerado o universo total dos alunos matriculados no período de aplicação da pesquisa, sendo 35 discentes no primeiro semestre, 29 no segundo, 36 no terceiro e 25 no quarto.

A partir da amostra, constata-se que, o rol dos respondentes é constituído, majoritariamente, por mulheres e o número de inquiridos do sexo masculino não ultrapassou a marca dos 30%. A faixa etária mais frequente é entre 17 e 25 anos, representando 70,18% dos respondentes.

Quando à situação ocupacional, no curso técnico, o número de alunos que se declararam, temporariamente, sem atividade laboral é bastante alta, de modo que 46,42% disse ser estudante e 14,28% afirmou estar em condição de desemprego. Os demais distribuíam-se entre os diversos tipos de trabalhadores formais e informais, conforme ilustrado no Gráfico 1:

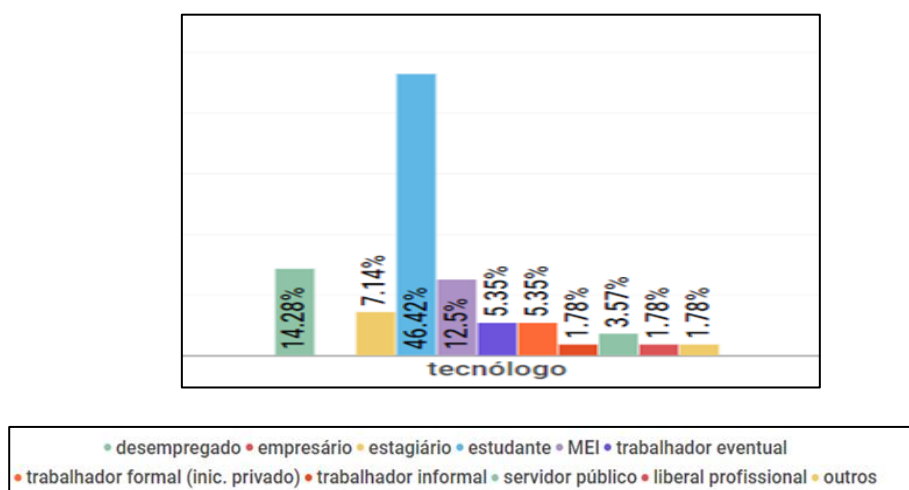


Gráfico 1. Situação ocupacional dos respondentes. Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Perguntados sobre possuírem ou não experiência no mercado de eventos, apenas 5,88% dos respondentes declararam não possuir experiência na área; 47,05% disseram que, esporadicamente, desempenham alguns trabalhos relacionados ao setor; 39,21% afirmaram ter adquirido experiência por

meio da atuação voluntária. Os demais disseram ser produtores/organizadores de eventos (7,84%) ou afirmaram desenvolver atividades relativas ao setor em suas práticas de estágio (1,96%).

Os discentes que, ainda, não atuavam diretamente no mercado de eventos apontaram como sendo as principais dificuldades para sua inserção no setor: a falta de oportunidades (45%), a inexperiência do candidato (15%), sua pouca visibilidade na área (37,5%) e o fato do mercado ser muito competitivo (2,5%).

Este último dado parece ser muito significativo na leitura do modo como os estudantes observam o mercado de trabalho e interagem com ele, pois focam na busca de estratégias que favoreçam o posicionamento profissional e o alcance de maior visibilidade no âmbito do setor. O que comprova algumas das premissas dos CST em preparar seu público não apenas para o domínio operacional de um determinado fazer, mas para a compreensão global do processo produtivo e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões (Brasil, 2002).

No empenho de descobrir soluções para vencer as dificuldades interpostas no processo de inserção no mercado de trabalho, os discentes afirmam possuir o hábito de: utilizar as redes sociais para descoberta de postos de trabalho, participar de oportunidades de trabalho voluntário no IFB e de trabalhos *freelancers*, distribuir currículos, criar redes de contatos informais e profissionais, através de *networking* e realizar cursos de formação complementar.

Finalizados os temas anteriores, os discentes foram convidados a avaliarem as dimensões pedagógicas da formação, considerando, primeiramente, a relevância do curso e das oportunidades de atuação ofertadas no âmbito do IFB; e, posteriormente, os currículos e métodos adotados no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Quanto ao primeiro quesito, os respondentes informaram que tanto a formação, quanto os referidos trabalhos, contribuiriam e/ou poderiam contribuir positivamente para sua futura inserção no mercado. Indagados, porém, sobre possíveis recomendações para que tais oportunidades de atuação profissional fossem melhores aproveitadas, os alunos fizeram várias sugestões.

Como o desenvolvimento de novas parcerias entre o IFB e empresas produtoras de eventos, para atrair oportunidades de estágios e trabalhos remunerados; oferta de treinamento prévio à atuação dos alunos em eventos; criação de um banco de talentos, no qual fossem identificadas as habilidades e experiências profissionais de cada discente; estruturação da empresa júnior; incentivo de práticas empreendedoras no âmbito da instituição e por fim, flexibilização de atuação nas etapas de idealização e planejamento dos eventos desenvolvidos no campus, e não somente como *staff*.

As sugestões propostas pelos discentes evidenciam duas realidades interessantes. Primeiro, é possível inferir que os alunos tratam a obtenção de um trabalho remunerado como uma prioridade e parecem acreditar que o IFB pode ser um intermediador neste processo, daí as alusões às parcerias e à supervisão das atividades com o intuito de facilitar futuras indicações; depois é possível depreender que

há no corpo discente uma necessidade de “profissionalização” dos trabalhos voluntários que eles são convidados a realizar, por isso a proposição de treinamentos prévios.

Além destas realidades apresentadas, as sugestões propostas trazem um ponto que urge ser refletido: os estudantes solicitam mais oportunidades de atuação em processos de idealização, planejamento e organização dos eventos internos ao *campus*, todavia, observa-se que, em ocasiões nas quais essa chance é possibilitada aos alunos, poucos são os que efetivamente fazem adesão à proposta e se comprometem com ela.

Passando a analisar o PPC e suas componentes curriculares, 76,47 % consideraram que o objetivo de “formar um profissional capaz de auxiliar na realização de eventos nos diversos tipos e portes, em consonância à formação ética, pensamento crítico, interpretação de mundo e compreensão das relações sociais” (Brasil, 2016), contido no referido Plano, é alcançado por meio das práticas, conteúdos e métodos adotados em sala de aula, enquanto 19,60 % discordam e 3,92 % não souberam opinar.

Observa-se, nesta questão que mais de 70 % dos alunos puderam opinar sobre o PPC no qual estavam matriculados, pois declararam ter conhecimento de seu conteúdo. Esta compreensão estudantil acerca do Plano de seu curso, impacta positivamente a formação, pois viabiliza ao aluno, a posse de uma visão mais ampla sobre todo o contexto do processo educacional. O entendimento dos objetivos e das diretrizes adotadas no curso, torna-se fonte geradora de exigências e críticas com fundamento, para as quais devem ser dada atenção.

Na análise das componentes curriculares, os discentes foram convidados a apreciarem o quanto cada disciplina demonstrou-se relevante em seu processo formativo, apresentando contribuições efetivas para a aquisição de habilidades e competências que viabilizassem sua futura atuação profissional.

A percepção dos discentes acerca da relevância das componentes curriculares é pouco promissora, principalmente em relação às disciplinas de caráter mais teórico, tais como: Leitura e produção de texto, Aspectos culturais em Eventos, Metodologia de Pesquisa e Seminários de Eventos; ou em relação a matérias cujas atividades práticas aparentam não possuir utilidade essencial no processo de planejamento, organização e gestão de eventos, tais como: Decoração, Meios de Hospedagem e Atividades complementares.

Se por um lado, as componentes curriculares – tal como encontram-se teoricamente descritas no PPC – têm um alto índice de aprovação por parte dos discentes; de outra parte, as práticas pedagógicas empregadas pelos professores no exercício de suas atividades laborais são questionadas pela maioria dos alunos que participaram das entrevistas. Antes, porém, de apresentar os resultados desta etapa de coleta de dados, cabe ressaltar que, ao refletirem sobre este tema específico, parte dos entrevistados demonstrou estar ciente que suas contribuições são validadas dentro de seus contextos vivenciais específicos, não podendo ser utilizadas para a proposição de generalizações.

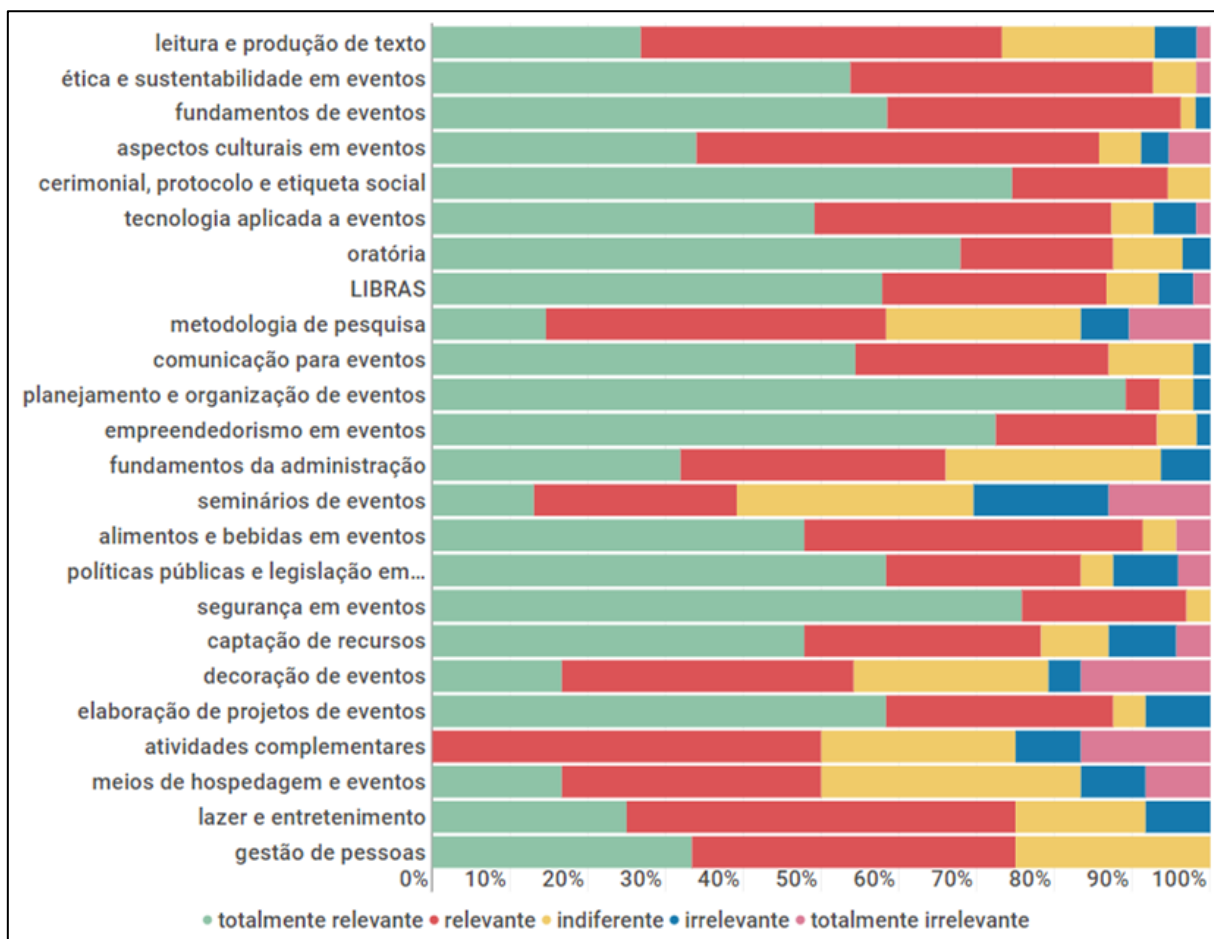


Gráfico 1. Relevância das componentes curriculares segundo percepção discente. Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Esta compreensão é fundamental para que se perceba que as opiniões abaixo descritas não traduzem, de modo absoluto, a realidade que abrange todo o corpo docente em todas as situações de ensino-aprendizagem; mas sim a contextura que envolve a dinâmica de atuação de alguns profissionais, no desenvolvimento de algumas disciplinas, para determinadas turmas.

Entre as principais dificuldades elencadas pelos estudantes, com referência ao trabalho dos professores, destacam-se elementos como: falta de objetividade no planejamento das disciplinas, falta de domínio de classe (em alguns casos), gestão inadequada do tempo em sala de aula e falta de assertividade na explanação dos conteúdos. Os alunos argumentam que estas falhas na didática prejudicam o aproveitamento das componentes curriculares, causando desestímulo na turma e casos de evasão escolar.

Os respondentes concordaram que a maioria dos professores demonstrava ter disposição para o cultivo de um ambiente saudável dentro e fora de sala de aula e buscavam envolver o máximo possível de estudantes, quando propõem atividades intra e extraclasse, como se observa na resposta de uma estudante:

O que eu percebo é que existe um esforço por parte dos professores em aplicar metodologias diferenciadas (Estudante 1).

Concordam igualmente que as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, embora necessitem ser elaboradas a partir de parâmetros que sejam capazes de atribuir maior valor acadêmico às disciplinas, não podem ser pensadas de maneira padronizada a fim de se adequarem à natureza de cada componente curricular, ao perfil do docente e às necessidades formativas de cada turma.

Isso depende muito da matéria. Eu percebo que tem matéria que é extremamente teórica e outras que são mais práticas. Eu acho interessante, por exemplo, que matéria como Administração, ela é importante que seja mais teórica para a gente entender os processos, questão de documentação, burocracia. A aula de planejamento é muito mais prática. A professora já nos levou para eventos, para shows, para a gente ver como que se planeja, ver o *backstage*, questão de montagem, como é o camarim. Não teria nenhuma outra aula que a gente conheceria isso, se não fosse ela (Estudante 2).

Paralelo ao tema do desempenho dos professores, os entrevistados foram convidados a analisarem o grau de comprometimento dos discentes no processo de formação. Embora respostas conclusivas não tenham sido levantadas sobre este assunto, algumas colocações abordadas neste tópico da conversa mostraram-se explicativas e devem ser considerados como objeto de reflexão para debates e estudos posteriores.

O discurso dos entrevistados apresentou-se um pouco diversificado, ressaltando haver um maior engajamento dos alunos com as atividades práticas, enquanto as tarefas de produção científica eram claramente rejeitadas.

Tem certas questões que o pessoal não se engaja muito. Essa questão de fazer artigo, muito trabalho escrito, teórico. Às vezes, não sei se por falta de preparo, tem gente que simplesmente não quer fazer (Estudante 3).

Quanto à carga horária das disciplinas e à duração total do curso, as opiniões dos entrevistados ficaram divididas entre dois polos: de um lado, há quem defenda que o tempo dedicado para algumas matérias é muito limitado, provocando desequilíbrio entre as dimensões teóricas e práticas das mesmas e impedindo que seus objetivos sejam plenamente alcançados; no outro lado, há quem argumente que a carga horária é suficiente, todavia precisa ser melhor administrada, tendo em conta que, frequentemente, perde-se muito tempo com conversas não relacionadas aos conteúdos.

Perguntados sobre a existência de outras temáticas que não estão incluídas no currículo do curso ou que são pouco exploradas durante a formação, os discentes elencaram conteúdos relacionados à formação do perfil profissional, assentando-se em aprendizagens significativas que se relacionam à possibilidade de amadurecimento do sujeito, como, por exemplo, a questão da inteligência emocional, ética profissional e *dresscode*.

Uma questão que eu acho que falta para a gente, uma matéria que nos ensine formas de como, no evento se deu algo errado, você lida com o seu emocional e o emocional da equipe. Acho que isso falta. A gente tem muita prática, a gente lê muito, mas seria importante ter uma aula específica para a gente aprender a lidar com isso (Estudante 5).

Acredito que um grande problema que temos que resolver é o drama da postura pouco profissional que alguns alunos assumem quando estamos trabalhando voluntariamente em eventos pelo IFB. A galera vai de qualquer jeito, pensa que o trabalho pode ser feito de qualquer jeito; levam mesmo na brincadeira. Isso prejudica não só a imagem do estudante, mas também a imagem do próprio curso. Se não trabalharmos logo essa questão da postura, pode ocorrer que as oportunidades se tornem mais escassas para nós (Estudante 3).

Os estudantes concluíram as entrevistas listando os pontos fortes e os pontos fracos do curso como um todo. Os resultados estão expressos no Quadro 1:

Quadro 1. Pontos fortes e pontos fracos do curso, segundo a percepção discente. Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Pontos fortes	Pontos fracos
O conteúdo contido no PPC	O fato deste conteúdo não ser rigorosamente trabalhado
A vinculação entre teoria e prática na maioria das disciplinas	A falha nas comunicações entre os agentes da formação
A integração entre os níveis e entre os cursos ofertados no IFB	A obrigatoriedade de fazer trabalhos voluntários
O acesso facilitado aos cursos, especialmente à formação técnica	A postura profissional e a prática pedagógica de alguns professores
A abertura da coordenação para ouvir e atender as demandas pessoais e coletivas dos alunos	O não aproveitamento do tempo de aula para o desenvolvimento dos planos de curso
A relação dos conteúdos com a realidade do mercado	Número reduzido de professores
	A não possibilidade dada ao aluno de participar ativamente na idealização e no planejamento dos eventos internos

A partir dos aspectos catalogados pelos entrevistados, observa-se, neste primeiro momento, que os pontos de fragilidade identificados pelos discentes referem-se mais ao modo como o Projeto Pedagógico é posto em prática no desenrolar da vida acadêmica, do que ao teor do próprio documento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo a tarefa de investigar o olhar discente sobre a relevância da formação ofertada no curso de Tecnologia em Eventos do IFB, campus Brasília e sobre os contributos deste processo formativo em termos de preparação para sua futura atuação no mercado de eventos. Ao final do trabalho, julga-se que esta meta foi alcançada; porém, sem que o assunto fosse plenamente esgotado.

Com efeito, os temas explorados, embora mostrem a visão dos estudantes sobre diversos aspectos da formação, introduzem novas questões a serem investigadas em projetos de pesquisa mais minuciosos, como: a ponderação sobre a influência de fatores subjetivos próprios de cada aluno, como sentimento de pertença, histórico de formação, perfil socioeconômico, entre outros e sobre a maneira como o mesmo avalia o curso e dele participa; a reflexão sobre as práticas docentes e os motivos que levam os discentes a questioná-las; ou, ainda, a análise sobre quais estratégias podem ser utilizadas para melhorar o engajamento dos alunos com a totalidade do processo educacional, fazendo-o valorizar igualmente os aspectos teóricos e práticos das disciplinas.

Identificou-se uma necessidade dos discentes em aprofundar seus conhecimentos sobre cenografia, audiovisual e cerimonial social. Os discentes alegam perceber a necessidade desses conteúdos em sua formação, de maneira a proporcionar uma maior autonomia no desenvolvimento de sua prática profissional.

Quanto aos objetivos secundários da pesquisa, os resultados obtidos por meio deles trouxeram importantes contribuições para a compreensão da relação dos discentes com o mercado de trabalho. Percebe-se, por exemplo, que, mais da metade dos estudantes já desenvolveu atividades remuneradas permanentes ou temporárias no setor, todavia muitos não conseguiram manter presença sólida no mercado. Pode-se, a partir deste dado, elucubrar se a “falta de oportunidade”, indicada no questionário como sendo uma barreira para inserção dos discentes no setor, é realmente um problema desta área profissional ou se a dificuldade a ser superada não consista mais propriamente na questão de um melhor aproveitamento destas oportunidades.

Percebe-se, igualmente, que as estratégias empregadas pelos discentes constitui-se de busca por vagas em redes sociais, entrega de currículos, atuação voluntária, *networking* e formação complementar. Talvez seja o caso de propor uma reflexão sobre maneiras pelas quais a Instituição de ensino pode favorecer a intermediação deste processo, aproveitando as oportunidades de atuação voluntária em eventos internos ou externos para dar maior visibilidade aos talentos contidos entre seu corpo discente.

Outras informações importantes encontradas a partir do alcance dos objetivos específicos dizem respeito aos elementos que promovem o sentimento de realização ou de frustração nos estudantes ao longo da formação. Por exemplo, os alunos mostrando-se satisfeitos com a atualização dos conteúdos em relação às demandas do mercado, com a junção entre dimensão teórica e prática nas disciplinas e com a abertura da coordenação/colegiado em ouvir e atender suas necessidades específicas; enquanto a comunicação falha, o prejuízo na aprendizagem causado pela falta de professores e a não possibilidade de participação nos momentos de idealização de eventos internos ao *Campus* ainda causam inquietações.

Espera-se que esta produção científica estimule tanto os discentes quanto os docentes do curso a repensarem suas práticas e a adotarem soluções que tragam melhorias efetivas à formação técnica e tecnológica em Eventos fornecida no IFB. Espera-se igualmente que seus resultados tragam contribuições às comissões de revisão do Projeto Pedagógico de Curso, auxiliando-a a reconhecer que a

reforma da formação, embora passe pelo redesenho de seus documentos orientadores, só se processa quando os agentes da formação se decidem a, juntos, tornar concreta a realidade acadêmica idealizada.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira De Normas Técnicas (Brasil). NBR 16004: *Eventos - Classificação e terminologia*. Rio de Janeiro, 2016.
- Batista, S. S. dos S.; Freire, E.; Delgado, D. M. Cursos superiores de tecnologia no contexto da internacionalização e da expansão da educação profissional e tecnológica no Estado de São Paulo. *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, 25(54), 193-221, 2020. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1381/1105>. Acesso em 23 set. 2020.
- BRASIL. *Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia*, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6279-catalogo-cursos-superiores13-0710&category_slug=julho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 set. 2020.
- BRASIL. CNE/CES. Parecer nº 436, de 02 de abril de 2001. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno. Resolução 3 de 18 de dezembro de 2002. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 set. 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 20 set. 2019.
- BRASIL. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20normas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,m%C3%A9dia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=1%C2%BA%20O%20ensino%20superior%20tem,de%20profissionais%20de%20n%C3%ADvel%20universit%C3%A1rio>. Acesso em 23 set. 2020.

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 set. 2019.
- Cervo, A. L.; Bervian, P. A.; Da Silva, R. *Metodologia Científica*. 6 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- Cordão, F. A. A. *LDB e a nova Educação Profissional*. 2018. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/546/466>. Acesso em: 20 set. 2019.
- Costa, D. Vi. da. Reflexões acerca da articulação entre o trabalho e a educação profissional e tecnológica no Brasil. *Revista Thema*, 16(2), 435-446, 2019. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1427/0>. Acesso em: 21 set. 2019.
- Deitos, R. A.; Lara, Angela M. de B. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. *Rev. Bras. Educ.*, 21(64), 165-188, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000100165&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216409>.
- Favretto, J.; Moretto, C. F. Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no Brasil: a retomada da ênfase na educação profissional. *Educ. Soc.*, 34(123), 407-424, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200005>.
- Goergen, P. Educação & sociedade e as políticas públicas em educação. *Educ. Soc.*, 40, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100950&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019215966>.
- Instituto Federal De Brasília (Brasil). *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Eventos*. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/18950/PPC%20Tecn%20c3%b3logo%20em%20Eventos%202017.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.
- Instituto Federal De Brasília (Brasil). *Regimento Geral do Instituto Federal de Brasília*. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/institucional/normas-internas-do-ifb>. Acesso em: 22 set. 2019.
- Lukower, A. *Cerimonial e protocolo*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- Matias, M. *Organização de Eventos: procedimentos e técnicas*. 6 ed. Barueri-SP: Manole, 2013.
- Melo, D. F. de; Tuma, R. L. Formação e inserção no mercado de trabalho: uma análise dos contributos dos Cursos de Eventos para a formação dos futuros profissionais através da perspectiva discente. In: Congresso Regional de Eventos do Instituto Federal de Brasília. 2019. Brasília, DF.

- Ministério Da Educação – MEC. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*. Sistema e-MEC. Disponível em:<http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 out. 2019.
- Nakane, A. *Segurança em Eventos: não dá para ficar sem!* São Paulo: Aleph, 2013.
- Nascimento, M. M.; Cavalcanti, C.; Ostermann, F. Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, 101(257), 120-145, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812020000100120&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 set. 2020. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i257.4420>.
- Oliveira, A. D.; Silva, C. M. de S. A atuação do Estado Brasileiro nas Políticas Públicas para Educação Profissional nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). *Série-Estudos*, Campo Grande, 24(50), 177-198, 2019. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1202/pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, M. del P. B. *Metodologia de Pesquisa*. 5 Ed. São Paulo: Mc-Graw Hill, 2013.
- Saviani, D. *A nova lei da educação (LDB): trajetória, limites e perspectivas*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- Zanella, L. C. *Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização*. São Paulo: Atlas, 2003.

Índice Remissivo

	C	internet, 73, 74, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 86, 88
Cidade, 48, 49		
	E	Parques Nacionais, 7, 10, 17
Eventos, 56, 58, 61, 62, 63, 65, 68, 69		perfil, 76, 77, 83, 84
	I	
Instituto Federal de Brasília, 56, 57, 61		turismo, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87



Sobre os organizadores



  **Queila Pahim da Silva**

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.



  **Sergio Ramiro Rivero Guardia**

Doutor em turismo (2020), mestre em sistemas e computação na área de engenharia de software pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN (2002). Graduado em processamento de dados pela Universidade Federal de Campina Grande UFCG (1987). Atualmente é engenheiro de sistemas e consultor em tecnologias da informação e comunicação na DATANORTE (Companhia de Processamento de Dados do RN) e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Com larga experiência na área de sistemas de informação empresarial e assessoria na gestão de empresas, tendo participado na modelagem de processos de negócios e no desenvolvimento de sistemas computadorizados, atuando principalmente nas áreas de: Inovação, gestão da TIC, gerenciamento de projetos, integração, desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, negócios eletrônicos, sistemas de qualidade ISO e mais recentemente em marketing digital. No momento interessado em cidades e destinos inteligentes.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br